

**EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.748.806 - GO
(2020/0217339-0)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : FATIMA FRANCISCA ITACARAMBI
ADVOGADO : PEDRO HENRIQUE MESQUITA DE DEUS - GO032580
EMBARGADO : FR INCORPORADORA LTDA
ADVOGADOS : MÁRIO JOSÉ DE MOURA JÚNIOR - GO012915
LUIZ HENRIQUE GOUVEIA - GO034259

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por FATIMA FRANCISCA ITACARAMBI em face da decisão que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial, em razão da aplicação de súmulas de admissibilidade recursal, nos termos do art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante que a decisão embargada padece de omissão ao não ter majorado os honorários advocatícios, nos termos do art. 85, § 11, do CPC.

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Assiste razão à parte embargante.

Conforme dicção do Enunciado Administrativo n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça, "somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC".

No presente caso, tendo em vista que o acórdão impugnado em sede de recurso especial foi publicado já na vigência do novo Código de Processo Civil, e tendo havido o arbitramento de verba honorária na origem (fls. 1.397 e 1.440), é possível a fixação de honorários recursais.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração para determinar a majoração dos honorários recursais, em desfavor da parte ora embargada, no importe de 15% do valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os

Superior Tribunal de Justiça

limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, ressaltada a condição suspensiva decorrente de eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente